

Sarney já planeja governo mais longo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Assinar não é votar, principalmente em política, mas como os ventos, hoje, sopram a favor da aprovação da emenda pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, cálculos e projeções começam a ser refeitos na Presidência da República e nos partidos. Porque muda tudo, caso confirmada a reviravolta na Assembléia Nacional Constituinte.

Esta semana, Sarney reuniu-se seguidas vezes com seus principais assessores, para examinar o novo quadro. Para planejar o que fazer, ou melhor, como conduzir o governo nos próximos dois anos e dois meses. O presidente comentou com seus auxiliares que, para quem, como ele, detém o poder, dispõe do Diário Oficial e de uma estrutura de ação, além da experiência dos últimos três anos, o momento é precioso. Pretende dedicar-se prioritariamente à administração, dentro de duas grandes metas: recompor a economia, ainda que de maneira lenta e gradativa, e, ao mesmo tempo, intensificar realizações no campo social. Disporá, agora, do tempo necessário à colheita de resultados possíveis, o que dificilmente aconteceria caso tivesse apenas mais um ano de mandato. Solicitou de Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, uma análise pormenorizada dos efeitos, em dois anos, de uma política econômica realista, onde o papel do Estado refusa e as leis do mercado voltem a predominar, inclusive em nossas relações no setor internacional.

Esses propósitos já foram referidos pelo novo ministro da Fazenda, Matílson da Nóbrega, mas se tudo leva a crer que o período será de cinco anos, ampliam-se bastante suas perspectivas. Além disso, são esses os postulados defendidos pelo Centrão na Assembléia Nacional Constituinte. As fantasias estatizantes e as limitações da atividade econômica privada estão em vias de ser ao menos em parte extirpadas do projeto de nova Constituição, o que contribuirá para o estabelecimento de um clima de maior confiança, interno e externo. A oportunidade também favorece a contenção dos gastos públicos e, como resultado, a estabilização e até o refluxo dos níveis mensais de inflação.

O Programa de Ação Governamental preparado no fim de 1987 pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, será implementado naquilo que mais de perto beneficiar as camadas menos favorecidas da população, o que exprime a segunda preocupação de Sarney para os dois anos que possivelmente lhe restarão de mandato, conforme as informações de ontem.

Há um terceiro componente nessa análise a que o governo se dedica desde segunda-feira, mas que os assessores presidenciais não mencionam: será preciso uma recomposição do Ministério coincidindo, no máximo, com a promulgação da nova Carta, mas, de preferência, a acontecer antes, já que continua uma incógnita a data em que deputados e senadores terminarão os trabalhos constituintes. O assunto é dos mais falados nos corredores pala-

cianos. Aníbal Teixeira está de malas prontas para deixar de ser ministro. Ronaldo Costa Couto seria o elemento ideal para a chefia do Planejamento. Mas há, na equação, que atender para um componente chamado São Paulo. Pela primeira vez há muito tempo e descontado o período Ernesto Geisel, o Estado mais poderoso da Federação está fora do Ministério da Fazenda e do comando da política econômica. Matílson da Nóbrega é paraibano. O governador Orestes Quêrcia deu sinal de desavacuo, podendo, assim, ser um possível sucessor de Aníbal Teixeira. Até que o presidente Sarney gostaria de trazer de novo João Sayão, mas a hipótese parece fora de prospecto. Existe a alternativa de se dar a São Paulo o Ministério da Indústria e do Comércio, no caso da dispensa a pedido, de José Hugo Castello Branco, no bojo da reforma que não deve tardar.

É cedo para alinhar ministros postos na linha de fogo, à exceção, também, de Almir Pazzianotto, do Trabalho, que sairá por desejo próprio para candidatar-se à Prefeitura de São Paulo. O que Sarney começa a promover, agora, é uma espécie de exame amplo da situação, desvinculado de condicionamentos partidários. Poderá muito bem redar a presença do PMDB no Ministério sem que, necessariamente, se já obrigado a aumentar os espaços do PFL. Seleccionaria entre políticos e não-políticos os que melhor se amoldassem ao novo modelo de governo.

Mas não é apenas no Executivo que a perspectiva dos cinco anos determina novas formulações e reações. Nos partidos, registra-se o início de uma outra fase de especulações. A sucessão presidencial, realizándose este ano, já tinha os possíveis candidatos, de Ulysses Guimarães a Aureliano Chaves, de Leonel Brizola a Luiz Inácio Lula da Silva e Antônio Ermírio de Moraes. Os cinco anos mudam muita coisa. Abrem, para começar, possibilidades consideráveis ao governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, fazendo, por isso, catrem as cotações de Ulysses Guimarães, no âmbito do PMDB. Álvaro Dias, governador do Paraná, também cresce como alternativa, admitindo-se que, se a hora for dos governadores, Waldir Pires também pode ser considerado. Mas é inegável que o tempo favorece Quêrcia, pelo domínio da máquina peemedebista.

O PFL ficará satisfeito em ganhar tempo, capaz de consolidar ou de afastar definitivamente as possibilidades de Aureliano Chaves. Leonel Brizola sofrerá um choque com o adiamento, mas a Luiz Inácio Lula da Silva pouco importa que as eleições se realizem em 88 ou 89. Antônio Ermírio de Moraes talvez se beneficie.

Essas projeções sucessórias eram feitas por ministros e líderes partidários, ontem, apesar de quem ter a certeza plena da aprovação da emenda dos cinco anos. Mas como dizia o ministro Aluísio Alves "quem assinou as propostas de Matílson Lobão e de Matheus Iensen com o compromisso também de votar".